

DISCURSO

**DESEMBARGADOR SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE -
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS
GERAIS**

**INSTALAÇÃO DA VARA DA INFÂNCIA E DA
JUVENTUDE E DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA
COMARCA DE IPATINGA**

**21 de maio de 2009 – 11 horas – Fórum Dr^a Valéria
Vieira Alves – s/nº - Centro**

Em Minas Gerais, estão em andamento 3 milhões e 980 mil processos – 97,17% desse total encontram-se na Justiça de Primeira Instância, segundo as estatísticas do mês de março de 2009.

Somente nesta Comarca de Ipatinga, de janeiro a março deste ano, deram entrada mais de 8 mil e 400 processos. Foram julgados quase 5 mil e 600, e o acervo é de quase 40 mil ações, o que revela a necessidade de se tentar, como neste momento acontece, dar melhores condições a todos que aqui exercem suas várias atividades.

Os números, aparentemente frios, revelam o grande volume de demanda, o que pode ser traduzido na vitalidade da comarca e evidencia que os cidadãos, ao que tudo indica, acreditam na Justiça e não deixam de recorrer ao Judiciário, para fazer valer o seu direito.

Na semana passada, durante o Encontro Nacional de Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado em Araxá, foi enfocada a necessidade de a administração dos tribunais voltar os olhos para a Justiça de Primeiro Grau.

O Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Gilson Dipp, enfatizou a falta de estrutura das comarcas, lembrando que a Segunda Instância, regra geral, encontra-se melhor aparelhada.

Disse ainda que, apesar das críticas e questionamentos, a população ainda acredita no Poder Judiciário.

Como se pode observar pelas estatísticas, o aumento da demanda é crescente. Não há dúvida de que a sociedade recorre, sim, à Justiça, porque nela acredita.

Quanto à necessidade de aprimoramento da Primeira Instância, é importante dizer que esse tem sido o enfoque desta gestão.

A escolha, que possibilitou a instalação da Vara da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Cíveis de Ipatinga, baseou-se em alguns critérios objetivos, dentre eles, sobretudo, o elevado volume de distribuição mensal de novos processos.

Lembro que outros pontos que estão, nacionalmente, em pauta, como a necessidade de adoção de modernas técnicas de gestão, já estão incorporados à rotina administrativa do Tribunal de Minas.

Posso dizer a todos que tenho procurado fazer o melhor, em benefício da sociedade e do Judiciário. Não se trata de tarefa simples. São muitas as necessidades, e escassos os recursos.

As condições de várias comarcas estão a exigir investimentos. No entanto, em função das limitações orçamentárias, é necessário observar as prioridades e as melhorias possíveis de serem feitas no momento.

Para o administrador público, o ideal seria poder corresponder às expectativas. A população quer justiça célere, acessível, com trâmites mais simples e com o poder de harmonizar as pessoas.

No entanto, as alterações necessárias são de ordem estrutural e requerem modificações das leis processuais, respeito à Federação e às decisões dos juízes, incremento do uso da tecnologia, além de mudança cultural.

Enquanto as transformações mais profundas não chegam, é preciso promover as melhorias que estão ao nosso alcance, disseminando ideias e dando passos para o futuro da Justiça.

Agradeço o empenho dos magistrados e servidores desta Comarca, sob a liderança do Diretor do Foro, Juiz Antônio Augusto Calaes de Oliveira.

O esforço de cada um em atender bem as pessoas que chegam ao Fórum é que constrói a boa reputação do Poder Judiciário de Minas Gerais.

Por isso, conclamo todos a continuar fazendo o seu trabalho com empenho e dedicação, voltado para o jurisdicionado e para o aprimoramento da Justiça.

Muito obrigado a todos.